

## ENERGISA BIOELETRICIDADE VISTA ALEGRE II S/A

CNPJ nº 15.103.714/0001-00

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas: Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações financeiras relativas ao exercício social de 2014. Colocamo-nos à disposição dos senhores acionistas para esclarecimentos porventura necessários. Cataguases, 19 de março de 2015.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Em milhares de reais)

Ativo	Notas			Passivo Circulante	Notas		
	2014	2013	2014		2013	2013	
<b>Circulante</b>							
Caixa e equivalente de caixa	4	20	20	Fornecedores	10	1.507	4.658
Impostos a recuperar	5	119	122	Tributos e contribuições sociais	12	266	411
Instrumentos financeiros		2.917	-	Encargos de dívidas	11	172	-
Outras contas a receber		11	-	Emprestimos e financiamentos	11	23.756	-
<b>Total do circulante</b>		<b>3.067</b>	<b>142</b>	Outras contas a pagar		7	62
<b>Não circulante</b>				<b>Total do circulante</b>		<b>25.708</b>	<b>5.131</b>
Imobilizado em curso	9	104.845	32.733	<b>Não circulante</b>			
<b>Total do não circulante</b>		<b>104.845</b>	<b>32.733</b>	Emprestimos e financiamentos	11	72.549	-
<b>Total do Ativo</b>		<b>107.912</b>	<b>32.875</b>	<b>Total do não circulante</b>		<b>72.549</b>	<b>-</b>
				<b>Patrimônio líquido e recursos destinados a futuro</b>			
				aumento de capital			
				Capital social	13.1	520	20
				Prejuízos acumulados		(165)	(69)
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>9.300</b>	<b>(49)</b>
				Recursos destinados a futuro aumento de capital	8	9.300	27.793
				<b>Total patrimônio líquido e recursos destinados a futuro</b>		<b>9.655</b>	<b>27.744</b>
				<b>aumento de capital</b>		<b>107.912</b>	<b>32.875</b>
				<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>107.912</b>	<b>32.875</b>

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Em milhares de reais, exceto o prejuízo por ação)

	Notas	2014	2013
Despesas gerais e administrativas	14	(58)	(63)
<b>Resultado antes das despesas financeiras e impostos</b>		<b>(58)</b>	<b>(63)</b>
Receitas financeiras	15	1	-
Despesas financeira	15	(38)	(2)
<b>Prejuízo do exercício</b>		<b>(96)</b>	<b>(65)</b>
<b>Prejuízo diluído por ação ordinária - RS</b>	16	<b>(0,18)</b>	<b>(3,25)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Em milhares de reais)

Saldos em 31 de dezembro de 2012	Notas	Prejuízos acumulados		Recursos destinados a futuro aumento de capital		Total
		Capital social	Subtotal	futuro aumento de capital		
Prejuízo do exercício		20	(4)	16	48	64
Recursos destinados a futuro aumento de capital	8	-	(65)	(65)	-	(65)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>		<b>20</b>	<b>(69)</b>	<b>(49)</b>	<b>27.793</b>	<b>27.744</b>
Aumento de capital conf. AGE de 14/02/2014		500	-	500	(500)	-
Prejuízo do exercício		-	(96)	(96)	-	(96)
Recursos destinados a futuro aumento de capital	8	-	-	-	(17.993)	(17.993)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2014</b>		<b>520</b>	<b>(165)</b>	<b>355</b>	<b>9.300</b>	<b>9.655</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

## 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II S/A, ("Companhia ou Vista Alegre II"), empresa integrante do Grupo Energisa, com sede em Cataguases, Estado de Minas Gerais, é um produtor independente de energia elétrica, constituída em janeiro de 2012 e tem por objetivo a geração de energia elétrica a partir da transformação do bagaço de cana-de-açúcar. A Companhia é detentora da nova usina termelétrica com capacidade de 30 MW que se encontra em processo de construção com início de operação para 2015 e está localizada em Maracaju, em Mato Grosso do Sul, e caracteriza-se pelo seu baixo impacto ambiental e obteve junto a Aneel a Autorização da Outorga através do Despacho Nº 3.827 de 3 de dezembro de 2012. Toda sua energia gerada está contratada a longo prazo por consumidores livres. As obrigações previstas na autorização da ANEEL para exploração da geração de energia elétrica de biomassa estão sendo cumpridas até esta data. Seguem algumas das obrigações: I - Implantar e operar as centrais térmicas de geração por biomassa; II - Celebrar os contratos de conexão e de uso dos sistemas de transmissão e distribuição; III - Organizar e manter permanentemente atualizado o cadastro de bens e instalações de geração; IV - Manter em arquivo à disposição da fiscalização da ANEEL, todos os estudos e projetos das usinas; V - Manter, permanentemente, por meio de adequada estrutura de operação e conservação, os equipamentos e instalações das Biomassas em perfeitas condições de funcionamento e conservação com estoque de peças de reposição, pessoal técnico e administrativo legalmente habilitado e treinado de forma a assegurar a continuidade, a regularidade, a eficiência e a segurança da exploração das Biomassas; VI - Atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária, ambiental e regulatória, bem como quaisquer outras obrigações relacionadas; VII - Solicitar anuência prévia da ANEEL, em caso de transferência do controle acionário; e VIII - As autorizações dos projetos de Biomassas, com prazos de 30 anos, não serão devidas indenizações dos investimentos realizados ao final da autorização, porém, é assegurada ao produtor independente a remoção das instalações. A unidade operacional será explorada pela Companhia, pelo prazo de 20 anos contados a partir de 21 de agosto de 2012. A unidade operacional será explorada pela controladora, pelo prazo de 20 anos contados a partir de 21 de agosto de 2012. A Companhia atua somente no segmento de geração de energia elétrica e sua demonstração de resultado reflete essa atividade.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a Lei das Sociedades Anônimas, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, legislação específica aplicável aos produtores independentes de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro ("IFRS"). O Conselho de Administração apreciou e autorizou a conclusão destas demonstrações financeiras em reunião em 19 de março de 2015. *Moeda funcional:* As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e são apresentadas em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico. *Julgamentos e estimativas:* Estimativas contábeis - a preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas nos exercícios futuros afetados.

## 3. ADOÇÃO DOS PADRÕES INTERNACIONAIS DE CONTABILIDADE

**3.1. Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB:** Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as demonstrações financeiras. A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passaram a ser aplicáveis a partir destas demonstrações financeiras. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no exercício atual nem em exercícios anteriores. • Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuidade da contabilidade de hedge; • Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros; • Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento; • Modificações à IAS 32 (CPC 39) - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros; • IFRIC 21 - Taxas do Governo; Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas pela Companhia é como segue: • IFRS 9 Instrumentos Financeiros (5); • IFRS 15 Receitas de Contratos com clientes (4) • Modificações à IFRS 11/CPC 19 (R2) Acordo contratual conjunto (3); • Modificações às IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis (3); • Modificações às IAS 16 / CPC 27 e IAS 41 / CPC 29 Agricultura: Plantas produtivas (3); • Modificações à IAS 19/CPC 33 (R1) Plano de Benefício Definido: Contribuição do Empregado; • Modificações às IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2010-2012 (2); • Modificações às IFRSs Melhorias anuais nas IFRSs ciclo 2011-2013 (1); (1) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com adoção antecipada permitida. (2) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de julho de 2014, com exceções. Adoção antecipada permitida. (3) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016, com adoção antecipada permitida. (4) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017, com adoção antecipada permitida. (5) Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018, com adoção antecipada permitida. O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para determinadas IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do CFC. A Companhia não adotou de forma antecipada tais alterações em suas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2014. É esperado que nenhuma dessas novas normas tenha efeito material sobre as demonstrações financeiras, exceto pela IFRS 9 que pode modificar a classi-

ficacão e mensuração de ativos financeiros. **3.2. Resumo das principais práticas contábeis:** As políticas contábeis detalhadas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e têm sido aplicadas de maneira consistente pelas entidades consolidadas. a. Caixa e equivalentes de caixa – abrangem saldos de caixa e aplicações financeiras com cláusulas contratuais que permitem o resgate em até 90 dias da data de sua aquisição, pelas taxas contratadas, estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo; b. Instrumentos financeiros – Todos os instrumentos financeiros ativos e passivos são reconhecidos no balanço da Companhia e são mensurados inicialmente pelo valor justo, quando aplicável, após o reconhecimento inicial de acordo com sua classificação. Os instrumentos financeiros da Companhia e de suas controladas foram classificados em: (i) mantidos para negociação – mensurados pelo valor justo por meio do resultado. Essa classificação inclui as operações com derivativos; (ii) mantidos até o vencimento – mensurados pela taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado, (iii) empréstimos e recebíveis – são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados no resultado e (iv) disponível para venda – são aqueles ativos financeiros não derivativos que não são classificados como: (a) empréstimos e recebíveis, (b) investimentos mantidos até o vencimento ou (c) ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado. Existem três tipos de níveis para a apuração do valor justo referente ao instrumento financeiro conforme exposto abaixo: Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente, inclusive na data da mensuração do valor justo. Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado. Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado. Os principais ativos e passivos financeiros reconhecidos pela Companhia são: caixa e depósitos bancários e fornecedores. Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Os passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva e contabilizados. c. Imobilizado - Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando aplicável. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria companhia inclui: • O custo de materiais e mão de obra direta; • Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; • Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício; d. Juros e encargos financeiros – são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação do balanço; e. Empréstimos e financiamentos – são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva; f. Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) - os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e g. Demonstração do valor adicionado – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte complementar às demonstrações financeiras.

## 4. CAIXA E EQUIVALÊNCIA DE CAIXA

Instuição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	2014	2013
Caixas e depósitos bancários				20	20
Total caixa e equivalente de caixa				20	20

## 5. IMPOSTOS A RECUPERAR

	2014	2013
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	3	122
Imposto de renda retido na fonte – IRRF	116	-
Total – circulante	119	122

## 6. COMPROMISSOS

A Companhia possui os seguintes compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a venda de energia:

Vigência	2015	2016	2017	2018	2019	Após 2019
2015 a 2025	24.907	27.952	27.617	31.788	33.319	237.813

## 7. COBERTURA DE SEGUROS

A política de Seguros da Empresa baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Em milhares de reais)

	Notas	2014	2013
<b>Atividades operacionais</b>			
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social		(96)	(65)
<b>Variações nas contas do ativo circulante e não circulante</b>			
Diminuição (aumento) de impostos a recuperar		3	(122)
(Aumento) de outras contas a receber		(11)	-
<b>Variações nas contas do passivo circulante e não circulante</b>			
Aumento de fornecedores		(3.151)	4.095
Aumento de tributos e contribuições sociais		(145)	374
Aumento de outras contas a pagar		(55)	62
<b>Caixa líquido gerado nas atividades operacionais</b>		<b>(3.455)</b>	<b>4.344</b>
<b>Atividades de investimentos</b>			
Aplicações no imobilizado em curso	9	(67.302)	(32.090)
Partes relacionadas		68.750	-
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de investimento</b>		<b>1.448</b>	<b>(32.090)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>			
Novos empréstimos e financiamentos		20.000	-
Recursos destinados a futuro aumento de capital	8	(17.993)	27.745
<b>Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento</b>		<b>2.007</b>	<b>27.745</b>
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>-</b>	<b>(1)</b>
Caixa mais equivalentes de caixa inicial		20	21
Caixa mais equivalentes de caixa final		20	20
<b>Variação líquida do caixa</b>		<b>-</b>	<b>(1)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014  
(Em milhares de reais)

	Nota	2014	2013
<b>Geração do valor adicionado:</b>			
<b>Receitas</b>			
Receitas relativas a construção de ativos próprios		62.728	32.090
<b>(-) Insumos adquiridos de terceiros</b>			
Materiais, Serviços de terceiros e outros		(64.424)	(32.094)
Outros custos operacionais		(3.171)	(1)
<b>Valor adicionado bruto</b>		<b>(4.867)</b>	<b>(5)</b>
<b>Valor adicionado líquido</b>		<b>(4.867)</b>	<b>(5)</b>
<b>Valor adicionado total a distribuir</b>		<b>(4.867)</b>	<b>(5)</b>
<b>Distribuição do valor adicionado:</b>			
<b>Pessoal</b>			
Remuneração Direta	14	-	60
<b>Remuneração de capital de terceiros</b>			
Juros		(4.771)	-
<b>Remuneração de capitais próprios</b>			
Prejuízo do exercício		(96)	(65)
<b>Total</b>		<b>(4.867)</b>	<b>(5)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As principais coberturas são:

RAMOS	DATA DE VENCIMENTO	IMPORTÂNCIA SEGURADA (R\$)	PRÊMIO ANUAL
			2014
Risco de Engenharia	01/03/2015	287.295	171
Responsabilidade Civil Geral - Obras	01/03/2015	60.000	61
			232

**Risco de Engenharia e Responsabilidade Civil Geral - Obras:** Estes ramos são contratados esporadicamente, de acordo com o programa de construção do Segurado, com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros.

## 8. TRANSAÇÃO COM PARTES RELACIONADAS

A Companhia é controlada pela ENERGISA BIOELETRICIDADE S/A, que é detentora de 100% do capital total da Companhia, que por sua vez é controlada pela Energisa S/A. A Energisa S/A que é a holding do Grupo Energisa, sendo controlada diretamente pela Gipar S/A (82,1% do capital votante). A Gipar S/A é controlada pela Nova Gipar (50,06% do capital votante), que por sua vez é controlada pela Itacatu S/A (50,6% do capital votante) e pela Multi-setor S/A (26,4% do capital votante). A Itacatu S/A é controlada pela Multisetor S/A (72,2% do capital votante). A Multisetor é controlada por Ivan Muller Botelho (77,6% do capital votante). Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

	Energisa Bioeletricidade S/A	Energisa Soluções S/A	2014	2013
Recurso destinado a futuro aumento de capital (a)	9.300	-	9.300	27.793
Serviços contratados (b)	-	-	-	3.838

(a) Os recursos destinados a futuro aumento de capital não são remunerados e estão registrados no Patrimônio Líquido; (b) Os serviços contratados referem-se à engenharia, supervisão e montagem e estão suportados por contratos.

## 9. IMOBILIZADO

	Saldo 2013	Adição	Saldo 2014
<b>Imobilizado em Curso</b>	<b>32.733</b>	<b>72.112</b>	<b>104.845</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>32.733</b>	<b>72.112</b>	<b>104.845</b>
	Saldo 2012	Adição	Saldo 2013
<b>Imobilizado em Curso</b>	<b>643</b>	<b>32.090</b>	<b>32.733</b>
<b>Total do Imobilizado</b>	<b>643</b>	<b>32.090</b>	<b>32.733</b>

## 10. FORNECEDORES

	2014	2013
Materiais e Serviço (*)	1.507	4.658
Total - circulante	1.507	4.658

(\*) Refere-se a aquisições de materiais e serviços, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de geração e comercialização de energia elétrica. O prazo médio de liquidação desses passivos é de 40 dias.

## 11. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E ENCARGOS DE DÍVIDAS

Operações	Encargos da Dívida	Principal		Total	
		Circulante	Não Circulante	2014	2013
<b>Em moeda estrangeira</b>					
Empréstimo Itaú BBA	172	23.756	-	23.928	-
<b>Total em moeda estrangeira</b>	<b>172</b>	<b>23.756</b>	<b>-</b>	<b>23.928</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>172</b>	<b>23.756</b>	<b>-</b>	<b>23.928</b>	<b>-</b>

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de dezembro de 2014:

Operação	Características da Operação	Prazo Médio meses	Custo da Dívida				
			Indexador	TIR (Taxa de Juros efetiva de juros)			
Empréstimos Itaú BBA	Mar/2015	Final	Aval Energisa S.A.	3	Dólar	+ 2,25%	15,64%